CORREIO ECONÔMICO

BRUNO PERES/AGÊNCIA BRASIL



Recursos fazem parte do Move Brasil e serão geridos pelo BNDES

Governo autoriza contrato de R$ 30 bi para motoristas de app

O Ministério da Fazenda autorizou a disponibilização de até R$ 30 bilhões para linhas de financiamento voltadas a motoristas de aplicativos e taxistas, no âmbito do programa Move Brasil. Despacho assinado pelo ministro da Fazenda, Dario Durigan, e publicado na edição desta quinta-feira (29) do Diário Oficial da União autoriza a assinatura de termo aditivo com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), para gerir os recursos.

O documento tem como base a MP nº 1.359 e prevê a oferta de crédito reembolsável para a aquisição de veículos novos que atendam a critérios de sustentabilidade ambiental, social e econômica. A autorização foi concedida após manifestações favoráveis da Secretaria do Tesouro Nacional e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional, que atestaram o cumprimento dos requisitos legais aplicáveis à contratação.

Dívida pública divide debates econômicos

A trajetória da dívida pública brasileira, que saiu de 71,7% do PIB em 2022 para cerca de 82,9% do PIB em agosto de 2026, vem sendo apontada pelo mercado financeiro e por economistas considerados "liberais" ou "ortodoxos" como o "maior problema" do próximo governo. Para esta ala, reduzir gastos é o principal caminho para manter o equilíbrio fiscal. De outro lado, há economistas que apontam essa proposta do mercado financeiro como prejudicial à população por tirar recursos de áreas fundamentais.

RAFA NEDDERMEYER/AGÊNCIA BRASIL



Mercado cobra corte nas despesas do Estado

Perdão de dívidas de MEIs é medida 'necessária'

O ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira afirmou, nesta quinta-feira (29), que o perdão de dívidas tributárias federais de microempreendedores individuais (MEIs) com a União vai permitir que donos de pequenos negócios ou que atuam por conta própria retornem à formalidade. O que, segundo ele, tem potencial para elevar a arrecadação federal em até R$ 4 bilhões. "Só de botar esses MEIs de volta à atividade [formal], o governo pode arrecadar entre R$ 3 bi e R$ 4 bi", afirmou.

Cadastramento para o Pix MEI ainda não iniciou

Os MEI's devem estar atentos às tentativas de golpes financeiros usando o Pix MEI como isca. Segundo o ministro do Empreendedorismo, da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, Paulo Pereira, a iniciativa, que prevê o repasse direto de até R$ 5 mil para cada beneficiário contemplado, ainda está sendo estruturada e qualquer promessa de liberação imediata de dinheiro é uma fraude.

Comitê do IBS I

A União vai liberar R$ 950 milhões para financiar a instalação e o funcionamento inicial do Comitê Gestor do Imposto sobre Bens e Serviços (CGIBS). O novo órgão federal será responsável pela administração do novo tributo de responsabilidade dos estados e dos municípios, criado pela implementação da reforma tributária.

Comitê do IBS II

O dinheiro será destinado à formação da estrutura administrativa, tecnológica e de pessoal necessária para o funcionamento do órgão. Entre as atribuições do Comitê Gestor estão a arrecadação, a fiscalização e a distribuição das receitas do IBS entre os estados, o Distrito Federal e os municípios. O imposto vai unificar e substituir o ICMS e o ISS.

Superávit de R$ 4,8 bi I

As contas do Governo Central registraram superávit primário de R$ 4,8 bilhões em setembro, após déficit de R$ 14,4 bilhões no mesmo mês de 2025, informou na quinta (29) a Secretaria do Tesouro Nacional. A receita líquida cresceu 13,6% (acréscimo de R$ 24,6 bilhões) acima da inflação na comparação com setembro do ano passado.

Superávit de R$ 4,8 bi II

O resultado foi impulsionado principalmente pela alta das receitas com petróleo, Imposto de Renda e pela receita extraordinária decorrente da devolução à União de recursos referentes a precatórios de exercícios anteriores cancelados pelo Poder Judiciário. As receitas da exploração de recursos naturais cresceram R$ 5,7 bi em termos reais.

Ibovespa e dólar I

O mercado financeiro brasileiro teve mais um dia de forte pressão sobre as ações na quarta (28). O Ibovespa caiu 2,68%, aos 171.006,10 pontos, no terceiro pregão consecutivo de perdas, enquanto o dólar encerrou em leve baixa, cotado a R$ 5,34. As incertezas sobre a política fiscal do governo mantiveram os investidores cautelosos.

Ibovespa e dólar II

O Ibovespa fechou no menor nível desde 20 de agosto, quando havia encerrado aos 167.927,15 pontos. Durante o pregão de quarta, o índice oscilou entre a mínima de 170.162,48 pontos e a máxima de 175.711,22 pontos. As perdas atingiram diferentes setores da bolsa, com destaque para empresas mais sensíveis às condições da economia nacional.

FABIO RODRIGUES-POZZEBOM/ AGÊNCIA BRASIL



Em setembro houve alta de 0,59% em relação ao mesmo mês de 2025

Consumo nos lares acumula alta de 2,70% até setembro

Balanço da Abras considera percentual estável em relação a agosto

Da **Redação**

O Consumo nos Lares Brasileiros registrou alta de 2,70% no acumulado de janeiro a setembro, segundo balanço da Associação Brasileira de Supermercados (Abras), que considera o percentual praticamente estável em relação aos 2,71% acumulados até agosto.

Em setembro houve alta de 0,59% em relação ao mesmo mês de 2025.

Na comparação mensal, houve queda de 1,46%, depois de dois meses de crescimento, sendo 3,01% em julho e 2,21% em agosto. O levantamento indica que também foram registradas quedas em setembro de 2024 (-1,30%) e de 2025 (-0,94%).

Os dados foram deflacionados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) calculado pelo IBGE e contemplam o desempenho de todos os formatos de supermercados, desde os pequenos, de bairro, até os grandes.

TRAJETÓRIA

Segundo o vice-presidente da Abras, Marcio Milan, o consumo mantém trajetória positiva ao longo do ano, mesmo em cenário em que as famílias precisam conciliar o abastecimento dos lares com outros compromissos do orçamento. "O resultado acumulado até setembro mostra a continuidade desse movimento", analisa.

Milan destacou que os indicadores do mercado de trabalho seguem favoráveis, fatores positivos para o consumo, com taxa de desocupação em 5,3% no trimestre encerrado em agosto e população ocupada em 103,5 milhões de pessoas, maior contingente da série histórica.

"O rendimento médio real habitual de todos os trabalhos chegou a R$ 3.777, com crescimento de 3,7% em relação ao mesmo período de 2025. Já a massa de rendimento real habitual atingiu R$ 385,6 bilhões, também recorde da série, com avanço de 4,8% na comparação anual, o equivalente a R$ 17,5 bilhões a mais", disse.

Milan citou o Bolsa Família, que destinou R$ 13,04 bilhões a cerca de 19,3 milhões de famílias em setembro, e o Conselho da Justiça Federal, que liberou R$ 3,22 bilhões aos Tribunais Regionais Federais para o pagamento de Requisições de Pequeno Valor (RPVs), envolvendo mais de 278 mil beneficiários, além do pagamento de 521,9 mil restituições do Imposto de Renda.